A EUCARISTIA: DOM E APELO À VIDA VIRTUOSA

Prof. Dr. Pe. Wagner Ferreira da Silva

INTRODUÇÃO

O bombardeamento quotidiano de notícias sobre a decadência moral no âmbito político brasileiro nos interpela se de fato é possível ainda acreditar em uma sociedade fraterna, solidária e justa, cujas instituições sejam autênticas promotoras do bem comum e do desenvolvimento humano integral. Um certo pessimismo socialmente generalizado causa não pouca incerteza sobre o futuro da nossa nação, pois o que pode ser esperado quando a corrupção tornou-se endêmica e institucionalizada? É certo que as boas notícias, aquelas em que o bem, a boa educação e os bons costumes são evidenciados, normalmente não ocupam as manchetes dos principais veículos de comunicação e informação, e, com isso, parece que o mal, com suas muitas faces de injustiça, imoralidade, mentira, perversidade, se alastra, vitimando inclusive aqueles que lutam a favor do bem.

Alguns documentos do Magistério da Igreja apresentam uma leitura da atual realidade sociocultural em termos de mudança de época, ou seja, vivencia-se um tempo de grandes oportunidades na promoção da liberdade humana, na defesa do interesse de grupos socialmente marginalizados, sem contar o campo das comunicações, das redes sociais, das conquistas científicas, do galopante desenvolvimento tecnológico e sua aplicação na biomedicina, da ampliação do mercado

econômico com a superação de barreiras alfandegárias e o incremento da competitividade etc. As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil (2015-2019) também dissertam sobre a mudança de época em termos de avanços em vários âmbitos da sociedade: "a promoção da mulher; a valorização das minorias étnicas; o destaque à justiça, à paz e à ecologia; a consciência da importância dos movimentos sociais e dos direitos à educação e à saúde; as iniciativas para a superação da miséria e da fome" (n.19).

Porém, a mudança de época é também caracterizada por não poucas interrogações, inconsistências e instabilidades, haja vista a ampliação do subjetivismo, do hedonismo individualista, novas formas de totalitarismo, incluindo o fundamentalismo religioso. Alguns autores são do parecer de que a mudança de época é diagnosticada como tempo de incertezas e, portanto, tempo de secularização da ética, sem referenciais transcendentes e absolutos; tempo da modernidade líquida, com a emergência de um sujeito ético cuja identidade é fluida, volátil, instável, cambiante; tempo de novas heteronomias, com suas faces também novas de tirania e totalitarismos.

> Quando se constata na sociedade que nada é absoluto, definitivo, e que o efêmero, o provisório, o não definitivo, o não institucional é o normativo, ou que vivemos uma moral coercitiva e intransigente, percebe-se a necessidade de assumir de fato a realidade de incerteza ética em nossa vida e na sociedade. Tratar da ética hoje é se deparar com o mundo da imprevisibilidade, da contradição, da insuficiência e da impotência — por isso, da incerteza.[1]

[1] MATTOS, Luiz Augusto. A ética teológica e o tempo das incertezas: o dilema entre o tempo de incertezas e a incerteza ética. In: *Revista Espaços*, p.133.

Desse complexo e dramático cenário sociocultural, não escapam nem mesmo os membros das comunidades religiosas, eclesiais, pois, segundo o apóstolo São Paulo, "o mistério da iniquidade já está em ação" (cf. 2 Ts 2,7), e esse mistério não poupa os discípulos e discípulas de Cristo Jesus. Questionado pelos fariseus sobre a razão pela qual seus discípulos não observavam a pureza ritual, conforme a tradição judaica, Jesus explica que "nada há fora do homem que, entrando nele, o possa manchar; mas o que sai do homem, isso é que mancha o homem" (Mc 7,15). Logo em seguida, a pedido dos próprios discípulos, Jesus esclarece primeiramente que todos os alimentos são puros, não podendo, portanto, ocasionar uma impureza moral ou espiritual no ser humano. E continua:

> Ora, o que sai do homem, isso é que mancha o homem. Porque é do interior do coração dos homens que procedem os maus pensamentos: devassidões, roubos, assassinatos, adultérios, cobiças, perversidades, fraudes, desonestidade, inveja, difamação, orgulho e insensatez. Todos estes vícios procedem de dentro e tornam impuro o homem (Mc 7,20-23).

O mistério da iniquidade lança raízes tão profundas no coração humano, que ninguém, em sã consciência, se atreveria a jogar uma pedra nos pecadores públicos (cf. Jo 8,3-11), nem mesmo aqueles que já possuem uma consciência religiosa adequadamente formada. Os escândalos perpetrados por membros das comunidades religiosas, eclesiais, demonstram que na interioridade humana trava-se uma luta espiritual que faz o apóstolo dos gentios exclamar dramaticamente: "Homem infeliz que sou!". E ele ainda se

coloca a pergunta: "Quem me livrará deste corpo que me acarreta a morte?" (Rm 7,24). Pessoas humanas instigadas ao mal em sua condição corporal e, devido à sua natureza social, também tentadas em sua liberdade a colaborar com a construção de "estruturas de pecado", como nos adverte João Paulo II em sua encíclica *Sollicitudo rei socialis*. Esclarece ainda mais o Santo Padre:

> não será fora de propósito falar de "estruturas de pecado", as quais, como procurei mostrar na Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*, se radicam no pecado pessoal e, por consequência, estão sempre ligadas a atos concretos das pessoas, que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las. E, assim, elas reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens (n.36).

"Quem nos livrará deste corpo pessoal e social que nos acarreta a morte?" Alcançado pela misericórdia redentora e, portanto, sem cair em um insuperável desespero, São Paulo responde com convicção: "Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!" (Rm 7,25). São Paulo, nesse júbilo eucarístico, reconhece que a graça do Senhor Jesus garante salvação pessoal, incluindo as consequências sociais do dom salvífico. Eis a boa notícia! A notícia normalmente não publicada nos veículos de comunicação social e nas redes sociais: não fomos abandonados por Deus à mercê da concupiscência inclinada ao mal, ao pecado, mesmo quando queremos o bem realizar. "Com efeito, de tal modo Deus amou o mundo, que lhe deu seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3,16).

Papa Francisco, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, confirma o alento dessa boa nova, ao evidenciar os efeitos do mistério da ressurreição do Senhor:

> Onde parecia que tudo morreu, voltam a aparecer por todo o lado os rebentos da ressurreição. É uma força sem igual. É verdade que muitas vezes parece que Deus não existe: vemos injustiças, maldades, indiferenças e crueldades que não cedem. Mas também é certo que, no meio da obscuridade, sempre começa a desabrochar algo de novo que, mais cedo ou mais tarde, produz fruto. Num campo arrasado, volta a aparecer a vida, tenaz e invencível. Haverá muitas coisas más, mas o bem sempre tende a reaparecer e espalhar-se. Cada dia, no mundo, renasce a beleza, que ressuscita transformada através dos dramas da história. Os valores tendem sempre a reaparecer sob novas formas, e, na realidade, o ser humano renasceu muitas vezes de situações que pareciam irreversíveis (n.276).

A comunhão de fé com o Ressuscitado é garantia da esperança de uma humanidade nova, cujo renascimento se dá a partir dos corações em direção à transformação do tecido social pela força do amor.

Essa força de ressurreição é encontrada na vida sacramental da Igreja, especialmente no sacramento da Eucaristia, cujo dom transforma-se em apelo a comprometer nossa liberdade com a vida nova do Espírito, as virtudes do Reino de Deus. Ao desenvolver uma explanação sobre os frutos da sagrada comunhão, o Catecismo da Igreja Católica afirma: "A comunhão da carne de Cristo Ressuscitado, 'vivificada pelo Espírito Santo e vivificante', conserva, aumenta e renova a

vida da graça recebida no Batismo" (n.1392). Em outra passagem, afirma ainda o Catecismo:

> Tal como o alimento corporal serve para restaurar as forças perdidas, assim também a Eucaristia fortifica a caridade que, na vida quotidiana, tende a enfraquecer-se; e esta caridade vivificada apaga os pecados veniais. Dando-Se a nós, Cristo reaviva o nosso amor e torna-nos capazes de romper as amarras desordenadas com as criaturas e de nos enraizarmos n'Ele (n.1394).

Por fim, o Catecismo esclarece ainda que os efeitos do dom eucarístico não se restringem à vida pessoal do fiel, mas se orientam à renovação da ordem social a partir da prática da caridade em relação aos pobres: "A Eucaristia compromete-nos com os pobres. Para receber, na verdade, o corpo e o sangue de Cristo entregue por nós, temos de reconhecer Cristo nos mais pobres, Seus irmãos" (n.1397). De modo provocador, nesse mesmo número, o Catecismo cita um trecho de uma homilia de São João Crisóstomo[2] ao alertar os fiéis sobre a importância de acolher na mesa eucarística os pobres:

> Saboreaste o sangue do Senhor e não reconheces sequer o teu irmão. Desonras esta mesa, se não julgas digno de partilhar o teu alimento aquele que foi julgado digno de tomar parte nesta mesa. Deus libertou-te de todos os teus pecados e te chamou para esta mesa; e tu, nem mesmo assim, te tornaste mais misericordioso.

[2] João Crisóstomo, *In epistulam I ad Corinthios*, homilia 27.5, p. 61, 230.

1. EUCARISTIA E AS VIRTUDES TEOLOGAIS

Eis o mistério da fé! Eis o mistério do amor! Eis o mistério da esperança! Antes de tratarmos sobre as virtudes teologais de fé, esperança e caridade, faz-se necessário recorrer à definição clássica de virtude: o hábito ou a disposição estável a um comportamento autenticamente livre, ou seja, é o hábito que desenvolve a nossa personalidade de modo digno do ser humano.

Estamos continuamente realizando escolhas para nos comportarmos de certo modo, e não de outro, visto que estamos sempre dispostos a reconhecer e dar precedência a certos valores do que a outros. Por exemplo: eu escolho ganhar a vida trabalhando, e não roubando, pois reconheço o valor que há em ganhar honestamente e me é repugnante pensar em envolver-me com o roubo. Se tal disposição está profundamente radicada em mim, mesmo que surjam ocasiões para ganhar de modo ilícito, será bem fácil reconhecer que tal ação seria desonesta e, portanto, não deve ser realizada.

Obviamente, escolher comportar-se de certo modo não significa ainda cumprir a ação que foi escolhida. Para realizar o bem conhecido (ou para resistir ou rejeitar o mal também conhecido), é necessária uma força interior, um vigor, uma determinação, uma tenacidade que nos faz superar as tentações às quais inevitavelmente estamos sujeitos. Sendo assim, a repetição de certos tipos de atos reforça em nós a tendência a assumirmos certo tipo de comportamento. Eis a função própria da virtude.

Antes que um freio, a virtude é principalmente motor da vida moral. Em sentido antropológico-moral, São Tomás de Aquino assim definia a virtude: "virtude é a que torna bom o sujeito que a possui, bem como seus atos" (S. Theol., I-II, q.55, a.3). Karl Rahner definiu a virtude como "a força

(a habilidade, a destreza, a facilidade) para realizar o moralmente bom, especialmente para fazer o bem com alegria e constância, vencendo resistências internas e externas e à custa de sacrifício"[3].

Tudo isso esclarece bem que as virtudes não são realidades anexas ou acessórias da vida moral, mas um hábito que aperfeiçoa as faculdades humanas operativas, orientando-as de modo permanente ao bem, e, por isso mesmo, torna boa, virtuosa, a própria pessoa que o realiza. Classicamente, a virtude representa uma segunda natureza justamente porque potencializa a vontade humana segundo a sua inclinação originária, tornando-a uniforme, estável, ordenada, pronta e, portanto, disposta, interessada e espontânea à realização do bem. Agir por meio da virtude significa agir por amor ao bem. Sendo assim, na dinâmica da humanização, a pessoa não deve agir simplesmente pela consciência do dever, mas porque a virtude assume a inclinação natural ao bem, dando-lhe vigor. Concretamente, para formar o caráter moral de um jovem, não basta dar-lhe a consciência de uma lista de preceitos a obedecer com exatidão, mas é preciso demonstrar que o segredo de uma vida realizada está em ser virtuoso.

Segundo o padre redentorista Bernhard Häering, o filósofo Immanuel Kant foi criticado não somente pela ênfase dada ao dever, em vez de à resposta ao bem atraente, mas também por manifestar preferência pelas decisões difíceis, em que o homem tem de trabalhar e lutar. O filósofo alemão Max Scheler confirma tal crítica afirmando que "somente o vício torna difícil ou trabalhoso fazer o bem, enquanto a força da virtude comunica a toda boa ação certa doçura de vida e

[3] RAHNER, Karl. Virtudes. In: *Sacramentum mundi*, 6. Barcelona: Herder, 1976, p.873.

de luz que traz à mente a alegria e a beleza de um lindo pássaro flutuando aos raios do sol"[4].

Com o auxílio da graça de Deus, a aquisição da virtude torna-se um caminho de santificação, de humanização no dom do Filho de Deus. As virtudes apontam para aquilo que é e o que deve ser a pessoa humana redimida em Cristo. Portanto, não se trata de ter virtudes, mas de ser virtuoso. Pelo próprio fato de ser algo inerente à pessoa humana, a virtude não é realidade ocasional, passageira. Ninguém é sábio, prudente, justo, caridoso, por uns poucos momentos. A virtude diz respeito àquela opção fundamental, àquele empenho existencial para a própria realização do bem, que, por sua vez, exigirá a promoção do bem comum, a contribuição do Reino de Deus na vida da sociedade.

Gostaríamos ainda de ressaltar a íntima relação existente entre virtude e liberdade. As virtudes são disposições permanentes e dinâmicas da liberdade para fazer o bem ou para realizar os valores éticos que humanizam a pessoa. O grande erro de certas ideologias contemporâneas é a separação entre a liberdade do gesto humano e a finalidade do próprio gesto. Separar a liberdade do bem é um erro grave, pois na realização do mal, no compromisso com o pecado, a pessoa humana se desumaniza, tornando-se escrava do próprio mal cometido. Só na posse do bem a pessoa torna-se verdadeiramente livre. O erro ideológico de alguns contemporâneos é entender a liberdade como capacidade humana de realizar o bem ou o mal. A verdadeira liberdade é tão somente a possibilidade de realizar o bem em vez de o mal. Somente na liberdade do bem se afirma a possibilidade da humanização. A virtude, nesse contexto, dá às faculdades operativas a

[4] HAERING, Bernhard. *Livres e fiéis em Cristo*. Teologia moral para leigos e sacerdotes. Vol. 1. São Paulo: Paulinas, 1979, p.190.

facilidade para que a pessoa torne-se mais livre na realização do bem moral. Temos no Catecismo uma confirmação disso: "Quanto mais praticar o bem, mais a pessoa se torna livre. Não há verdadeira liberdade a não ser no serviço do bem e da justiça. A escolha da desobediência e do mal é um abuso da liberdade e conduz à escravidão do pecado" (n.1733).

As virtudes impedem que a pessoa se deixe conduzir pela espontaneidade que, em certas ocasiões, a faz agir instintivamente, assim como ocorre com os animais. Os instintos humanos não são maus em si, mas podem comprometer o agir humano com o pecado. Disso decorre a importância da virtude para que a pessoa possa agir para o bem do próximo.

> A virtude [define o Catecismo da Igreja Católica] é uma disposição habitual e firme para fazer o bem. Permite à pessoa não só praticar atos bons, mas dar o melhor de si. Com todas as suas forças sensíveis e espirituais, a pessoa virtuosa tende ao bem, procura-o e escolhe-o na prática (n.1803).

As virtudes são dinâmicas e, portanto, progressivas, ou seja, capazes de crescimento ou diminuição. São Basílio Magno dizia que quem começou a subir os primeiros degraus da virtude tem de continuar avançando até chegar ao mais alto nível da natureza humana (In: *Homilia in psalmus* 7,2). Por conta desse maravilhoso processo de avançar na vida virtuosa para a conquista de uma autêntica liberdade, mencionamos um trecho do n.13 da encíclica *Veritatis splendor* do papa João Paulo II ao discorrer sobre a vivência dos mandamentos como condição básica para o amor ao próximo. Os mandamentos — continua o santo Padre —

> constituem a primeira etapa necessária no caminho para a liberdade, o seu início: "A primeira liberdade — escreve S. Agostinho — consiste em estar isento de crimes [...] como são o homicídio, o adultério, a fornicação, o furto, a fraude, o sacrilégio e assim por diante.
> Quando alguém principia a não ter estes crimes (e nenhum cristão os deve ter), começa a levantar a cabeça para a liberdade, mas isto é apenas o início da liberdade, não a liberdade perfeita.

Em termos mais teológicos, podemos definir as virtudes como vigor de uma vida no Espírito, vigor que sustenta e dá consistência à prática cristã, de modo que o homem e a mulher se realizem enquanto imagem e semelhança de Deus, vivendo sua existência como filhos no Filho. As virtudes são o cinzel utilizado pelo Espírito Santo para modelar nosso caráter moral segundo a imagem do redentor Jesus. Por isso mesmo, afirma o Catecismo,

> as virtudes humanas se fundam nas virtudes teologais que adaptam as faculdades do homem a participar da natureza divina, pois as virtudes teologais se referem diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade e têm a Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto (n.1812).

No dia 26 de agosto de 1978, foi escolhido pelo colégio dos Cardeais para assumir a Sé de Pedro o papa João Paulo I. Como já é sabido, o pontificado de papa Luciani teve uma duração brevíssima, uma vez que veio a falecer no dia 28 de setembro daquele mesmo ano. Devido à sua afabilidade, João Paulo I era carinhosamente conhecido como o "papa Sorriso".

Ser afável com as pessoas, na tentativa de demonstrar-lhes o amor e a ternura de Deus, era uma qualidade virtuosa desse Romano Pontífice.

Apesar de um pontificado tão breve, João Paulo I dedicou suas catequeses na audiência pública das quartas-feiras ao tema das virtudes, porém tinha somente o tempo para tratar das três virtudes teologais: fé, esperança e caridade. No dia 13 de setembro de 1978, sua catequese discorreu sobre a virtude teologal da fé à luz da Palavra de Deus e com implicações bem concretas no quotidiano. Ao recordar algumas palavras do papa João XXIII, João Paulo I fez referência às virtudes tratando-as como "as sete lâmpadas de santificação", ou seja, as três virtudes teologais — fé, esperança e caridade — e as quatro virtudes morais — prudência, justiça, fortaleza e temperança. É interessante recordar ainda que, após o falecimento de João Paulo I, o colégio cardinalício elegeu, como sucessor do apóstolo S. Pedro, o papa João Paulo II, o qual iniciou seu pontificado tendo a delicadeza de continuar a reflexão iniciada pelo papa Luciani em suas catequeses semanais. Sendo assim, João Paulo II dedicou suas primeiras catequeses às quatro virtudes morais: prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Passemos à reflexão sobre as virtudes teologais. Com o Catecismo, afirmamos que

> as virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para serem capazes de agir como seus filhos e merecer a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade (n.1813).

As virtudes teologais ou sobrenaturais são os hábitos que não nascem propriamente da natureza ou da ordem da criação, mas nos são dados gratuitamente por Deus na ordem da redenção, no momento em que somos justificados pelo batismo e recebemos a graça santificante e nos tornamos filhos adotivos de Deus, templos do Espírito Santo, e começamos a participar da natureza divina. Elas são o fundamento, a fonte de sentido e de orientação para toda a existência, em sua dimensão pessoal e social.

O agir humano, que deve decorrer de uma contínua aspiração à realização do próprio existir, manifesta pelas virtudes teologais o dinamismo de alguém que assume o ser de filho no Filho de Deus, tendo sua vida plenificada pela comunhão com o mistério de Deus. Pela "santa trindade" das virtudes teologais — fé, esperança e caridade —, a Santíssima Trindade das Pessoas Divinas: Pai, Filho e Espírito Santo em nós permanece e nós permanecemos em comunhão com Ela. Só Deus pode levar a Deus. Deus quis e quer se oferecer à pessoa humana tal qual Ele é, em Seu ser e em Seu amor. As virtudes teologais são o meio divino, a mediação eficaz e transparente que realiza o encontro do coração humano com o coração de Deus.

É pela fé na verdade divina, pela esperança na promessa divina, pela caridade na bondade divina, que se constitui o Povo de Deus, o povo animado e santificado por Deus. Por meio das virtudes infusas, Deus dá sentido, rumo, alegria e força de viver ao povo da nova e eterna aliança. É importante ressaltar que as virtudes teologais são concedidas ao cristão em seu estado de peregrino neste mundo, *homo viator*. Sendo assim, suas ações, tarefas e toda a sua conduta moral assumem um valor de resposta e responsabilidade diante de Deus, pois a graça divina não descarta o compromisso da

liberdade humana; pelo contrário, a graça motiva a nossa liberdade de modo que nos tornemos sempre mais crentes, esperançosos e amorosos, no agir concreto.

Cada uma das três virtudes teologais tem a sua significação própria, mas guarda uma conexão vital com as duas outras. A fé é o começo, o fundamento e a raiz da vida de Deus no ser cristão; ela inaugura a vida divina em nós, por uma adesão intelectual, livre e firme à luz da Palavra de Deus e sob a ação da graça, que ilumina e dá gosto de crer. Já a esperança é o princípio do dinamismo, da tendência para Deus reconhecido na fé como Sumo Bem, como fiel às Suas promessas e todo-poderoso em Seu auxílio. Ela fortalece o desejo, impelindo-o na busca de Deus e de Suas promessas. A caridade, por sua vez, se dá e se revela como plenitude, pois ela nos une a Deus Amor pelo amor que Ele nos comunica e em Deus nos leva a amar o próximo, a entrar em comunhão filial com Deus e em comunhão fraterna com todos os demais filhos e filhas de Deus. Em sua obra *Ritorno alle virtù*, o cardeal Gianfranco Ravasi apresenta uma singela síntese: "A fé é a adesão à verdade revelada e à pessoa do revelador, que é Cristo. A esperança é a espera operosa e vigilante da meta última da história, quando 'Deus será tudo em todos' (1 Cor 15,28). A caridade é a oferta de amor a Deus e aos irmãos" (p.24). Aprofundemos cada uma dessas virtudes teologais, começando com a fé.

Com muita simplicidade e não pouca sabedoria, em sua catequese já mencionada do dia 13 de setembro de 1978, papa João Paulo I conta o seguinte:

> Minha mãe dizia-me, quando era já grandinho: — Em pequeno foste muito doente; tive de te levar de médico em médico, e velar-te noites inteiras; acreditas? Como poderia eu

> dizer: — Mãezinha, não te acredito? Sim, acredito-te, acredito no que me dizes, mas acredito especialmente em ti.

E continua papa Luciani: "Assim é na fé. Não se trata unicamente de crer nas coisas que Deus revelou, mas (crer) n'Ele, que merece a nossa fé, que tanto nos amou e tanto fez por amor de nós".

É por esse motivo que na linguagem teológica tradicional encontramos a distinção *fides quae* e *fides qua: fides quae* é a "fé que" possui em si um conteúdo de verdade; e a *fides qua*, "fé com a qual" (fiducial) se adere à pessoa de Deus, que a nós se revela e estabelece conosco uma comunhão, uma aliança de amor. Por um lado, existe um objeto do ato de fé, um dado objetivamente revelado pelo próprio Deus, que encontramos compendiado no símbolo dos Apóstolos; é a fé da Igreja, Una, Santa, Católica e Apostólica. Motivado pelo Espírito Santo, o fiel crê no mistério do Deus Vivo, no mistério da Trindade Santa, que se utilizou da história da humanidade, particularmente a do povo de Israel, para se revelar e estabelecer com o homem uma aliança de salvação. O fiel crê ainda que, na plenitude dos tempos, essa revelação divina se deu por meio da pessoa do Filho Jesus, cuja missão messiânica se realizou em Sua páscoa de morte e ressurreição. O fiel crê ainda que a Igreja, edificada por Jesus sobre a fé de Pedro e os demais apóstolos, é o sinal do Reino de Deus na História, é sacramento universal de salvação, enviada para comunicar os dons do Redentor a todos os povos até o dia em que o Cristo de novo virá "em Sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o Seu reino não terá fim".

Por outro lado, justamente por possuir um conteúdo objetivo e necessário para a salvação da pessoa humana, a fé provoca uma reação subjetiva, pois motiva o fiel a compro-

ter-se com o objeto da fé, o próprio Deus, o Seu Reino, a Sua vontade, a Sua Palavra. Nesse sentido, quem crê em Deus não apenas confia no amor divino, mas se confia a Deus, faz de sua vida uma oferta generosa a Deus e aos irmãos, filhos e filhas de Deus, pois faz de sua vida uma opção fundamental de testemunhar a fé. O testemunho da fé é próprio de quem se tornou, pela graça de Deus, virtuoso na fé. E isso nos ajuda a superar a controvérsia se somos justificados pelas boas obras ou pela fé.

A teologia sobre a justificação por meio da fé, e não pelas obras, foi desenvolvida pelo apóstolo S. Paulo em um contexto em que circulava uma certa concepção judaica que exaltava a função salvífica das obras da Lei Mosaica e, com isso, afirmava-se uma quase "autorredenção" humana, um quase "salvar-se" da parte do homem. A essa ideia, Paulo se opõe radicalmente ao deixar claro que somente o dom da fé possibilita ao homem acolher a graça redentora de Cristo, graça imerecida. Na Carta aos Gálatas, declara o apóstolo:

> Sabemos, contudo, que ninguém se justifica pela prática da Lei, mas somente pela fé em Jesus Cristo. Também nós cremos em Jesus Cristo, e tiramos, assim, a nossa justificação da fé em Cristo, e não pela prática da Lei. Pois, pela prática da Lei, nenhum homem será justificado (Gl 2,16).

As obras não são a causa, mas o fruto de uma vida redimida pela fé em Cristo, segundo uma vida vivida no Espírito, como afirma o apóstolo na mesma carta aos Gálatas: "o fruto do Espírito é caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, bondade, fidelidade, brandura, temperança" (Gl 5,22-23a).

Convicto de que a fé não se reduz à mera adesão intelectual ou sentimental ou simples experiência intimista, o

apóstolo São Tiago, em sua epístola, destaca a importância das obras da fé:

> Meus irmãos, que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática? A fé seria capaz de salvá-lo? Imaginai que um irmão ou uma irmã não têm o que vestir e que lhes falta a comida de cada dia; se então algum de vós disser a eles: "Ide em paz, aquecei-vos" e "Comei à vontade", sem lhes dar o necessário para o corpo, que adianta isso? Assim também é a fé: se não se traduz em ações, por si só está morta. Já um outro dirá: "Tu tens a fé, e eu tenho ações!". Mostra-me a tua fé sem as ações, que eu te mostrarei a minha fé a partir de minhas ações! Tu crês que há um só Deus? Fazes bem! Mas também os demônios creem isso, e estremecem de medo. Queres, então, saber, homem fútil, como a fé que não se traduz em ações é vã? Se o nosso pai Abraão foi declarado justo, será que não por causa de suas ações, a ponto de oferecer seu filho Isaac sobre o altar? Como estás vendo, a fé concorreu para as ações, e as ações completam a fé. Foi assim que se cumpriu a Escritura que diz: "Abraão teve fé em Deus, e isto lhe foi levado em conta de justiça", e ele foi chamado amigo de Deus. Podeis ver, pois, que alguém é justificado com base naquilo que faz, e não simplesmente pela fé (Tg 2,14-24).

Ao citarmos o testemunho de nosso pai na fé Abraão, como não recordar as palavras de São Paulo a respeito desse patriarca em sua Carta aos Romanos? Assim declara o apóstolo dos gentios: "Esperando contra toda esperança, ele firmou-se na fé e, assim, tornou-se pai de muitos povos" (Rm 4,18). A fé não nos oferece imunidade contra os males pró-

prios da fragilidade de criaturas e dos males resultantes do mistério da iniquidade, mas também a fé nos revigora pela certeza de que a nossa peregrinação existencial se dá em forma de discipulado em que o Divino Mestre nos ensina a esperar contra tantas situações desanimadoras, frustrantes, alienantes, injustas e perversas.

"A fé é a certeza (fundamento) daquilo que ainda se espera, a demonstração de realidades que não se veem" (Hb 11,1). O papa emérito Bento XVI, em sua encíclica *Spe Salvi*, à luz desse texto bíblico da Carta aos Hebreus, evidencia a relação existente entre a virtude da fé e a da esperança, a ponto de afirmar: "Fé é substância da esperança" (n.10). Porém, compreendemos melhor tal afirmação recorrendo ao número 7 dessa encíclica:

> Tomás de Aquino, servindo-se da terminologia da tradição filosófica em que se encontra, explica: a fé é um habitus, ou seja, uma predisposição constante do espírito, em virtude do qual a vida eterna tem início em nós e a razão é levada a consentir naquilo que não vê. Deste modo, o conceito de "substância" é modificado para significar que, pela fé, de forma incoativa — poderíamos dizer "em gérmen" e, portanto, segundo a "substância" —, já estão presentes em nós as coisas que se esperam: a totalidade, a vida verdadeira. E precisamente porque a coisa em si já está presente, esta presença daquilo que há de vir cria também certeza: esta "coisa" que deve vir ainda não é visível no mundo externo (não "aparece"); mas, pelo fato de a trazermos, como realidade incoativa e dinâmica dentro de nós, surge já agora uma certa percepção dela.

É por isso que Abraão, porque era um homem de fé, esperava contra toda esperança, ou seja, era esperançoso no cumprimento das promessas de Deus, mesmo quando tudo indicava que não valeria a pena esperar.

Nesse mesmo número 7 de *Spe Salvi*, o papa Ratzinger reforça tal argumentação:

> A fé não é só uma inclinação da pessoa para realidades que hão de vir, mas estão ainda totalmente ausentes; ela nos dá algo. Dá-nos já agora algo da realidade esperada, e esta realidade presente constitui para nós uma "prova" (comprovação, certeza) das coisas que ainda não se veem. Ela atrai o futuro para dentro do presente, de modo que aquele já não é o puro "ainda-não".
>
> O fato de este futuro existir muda o presente; o presente é tocado pela realidade futura, e assim as coisas futuras derramam-se naquelas presentes, e as presentes, nas futuras.

Mas o que isso tem a ver com a virtude da esperança? Pela comunhão de fé com o Senhor morto e ressuscitado, temos, agindo em nós, a graça de uma certeza, de uma convicção que fecunda, pela vida do próprio Deus, qualquer situação de morte, pois na carne d'Aquele que já não morre mais resplandece a glória da nossa humanidade enfim redimida, nossa meta última, razão da nossa esperança. Essa convicção, portanto, não deixa inertes nossas consciências e ações frente aos dramas da humanidade: atentados contra a vida humana, contra a dignidade humana, a dignidade da família, as inúmeras formas de injustiça, sem contar a fome de pão, a fome de educação, de trabalho e trabalho digno, a fome de saúde. Como não estarmos sensibilizados pelos atentados contra a vitalidade do ecossistema, quando

o apóstolo São Paulo chega ao ponto de perceber que há uma esperança na criação, esperança da revelação dos filhos de Deus, a esperança de ser libertada da escravidão da corrupção (cf. Rm 8,19-23)?

O mistério eucarístico da fé é igualmente mistério animador da esperança cristã, e essa graça nos possibilitará um dia fazer nossas as palavras de São Paulo: "Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé. Desde agora, está reservado para mim o prêmio da justiça que o Senhor, o juiz justo, me dará naquele dia, não somente a mim, mas a todos os que tiverem esperado com amor a sua manifestação" (2 Tm 4,7-8). No mistério eucarístico, comungamos a carne do Senhor ressuscitado, que, por sua vez, nos torna missionários de um mundo novo, uma humanidade nova, como nos ensina papa Francisco:

> A ressurreição de Cristo produz por toda a parte rebentos deste mundo novo; e, ainda que os cortem, voltam a despontar, porque a ressurreição do Senhor já penetrou a trama oculta desta história; porque Jesus não ressuscitou em vão. Não fiquemos à margem desta marcha da esperança viva! (EG, n.278).

O lema do nosso XVII Congresso Eucarístico menciona a experiência de fé realizada pelos discípulos de Emaús quando Jesus ressuscitado partiu o pão (cf. Lc 24,35). A *fractio panis*, um dos termos utilizados pela Igreja primitiva ao fazer referência ao culto eucarístico (cf. At 2,42), evoca os inúmeros significados presentes no sacramento do altar: banquete, sacrifício, memorial, presença real. Em 2003, São João Paulo II dedicou uma encíclica à Eucaristia, intitulada *Ecclesia de Eucharistia*, e no ano seguinte (2004), por ocasião do Ano da

Eucaristia, ele publicou a carta apostólica *Mane nobiscum Domine*. Ambos os documentos desenvolvem ricamente esses significados do mistério eucarístico. Porém, gostaríamos de destacar o significado eucarístico de banquete para chegarmos à reflexão sobre a virtude da caridade.

Na EE, enfatiza S. João Paulo II: "A Eucaristia é verdadeiro banquete, onde Cristo Se oferece como alimento" (n.16). Essa oferta alimentar de Cristo na Eucaristia é autêntico memorial, ou seja, atualização do evento redentor da cruz, e, por isso, a Eucaristia é também sacrifício em sentido pleno. E continua S. JPII:

> A eficácia salvífica do sacrifício realiza-se plenamente na comunhão, ao recebermos o corpo e o sangue do Senhor. O sacrifício eucarístico está particularmente orientado para a união íntima dos fiéis com Cristo através da comunhão: recebemo-Lo a Ele mesmo, que Se ofereceu por nós, o Seu corpo entregue por nós na cruz, o Seu sangue "derramado por muitos para a remissão dos pecados" (Mt 26, 28) (n.16).

A Eucaristia é inseparavelmente o memorial do sacrifício redentor de Cristo no Calvário e o banquete de comunhão com o corpo de Cristo e, por isso mesmo, comunhão com os irmãos e irmãs de fé, os comensais do banquete do Reino. É em termos de comensalidade que o evangelista S. João narra o acontecimento da última ceia, unindo em um mesmo mistério a iminente páscoa de Jesus — paixão, morte e ressurreição — aos gestos e palavras do divino Mestre, ou seja, o lava-pés, o novo mandamento do amor, a promessa do Espírito Santo, a analogia entre a parábola da videira e dos ramos e a relação existente entre Jesus e Seus discípulos, o discurso

de despedida ou partida para o Pai, a oração sacerdotal, com destaque à súplica pela unidade dos fiéis.

Banquete e sacrifício, refeição e oblação. Mistério da fé! Mistério do amor! Tudo isso nos faz lembrar que a doutrina católica sobre a Eucaristia teve outro importante desdobramento no magistério do papa emérito Bento XVI ao publicar a exortação apostólica *Sacramentum Caritatis*, a qual se inicia nestes termos: "Sacramento da Caridade, a santíssima Eucaristia é a doação que Jesus Cristo faz de Si mesmo, revelando-nos o amor infinito de Deus por cada homem" (n.1). Deus comunica-Se a Si mesmo na Eucaristia, permitindo a cada um de nós a graça de saciar, no "já e ainda não" da nossa condição histórica, a fome de amor, de verdade e de liberdade, tendo presente que o atual banquete eucarístico nos prepara também para o dia sem ocaso, em que Ele mesmo nos servirá no banquete de Seu Reino.

> De fato — continua Bento XVI —, todo homem traz dentro de si o desejo insaciável da verdade última e definitiva. Por isso, o Senhor Jesus, "caminho, verdade e vida" (Jo 14, 6), dirige-Se ao coração anelante do homem que se sente peregrino e sedento, ao coração que suspira pela fonte da vida, ao coração mendigo da Verdade. Com efeito, Jesus Cristo é a Verdade feita Pessoa, que atrai a Si o mundo. "Jesus é a estrela polar da liberdade humana: esta, sem Ele, perde a sua orientação, porque, sem o conhecimento da verdade, a liberdade desvirtua-se, isola-se e reduz-se a estéril arbítrio. Com Ele, a liberdade volta a encontrar-se a si mesma." No sacramento da Eucaristia, Jesus mostra-nos de modo particular a verdade do amor, que é a própria essência de Deus (SaC, n.2).

A virtude do amor tem Deus como sujeito e destinatário, visto ser Ele mesmo a derramar continuamente em nossos corações o dom do amor, por meio do Seu Espírito, de modo que nossa capacidade humana de amar seja elevada à perfeição sobrenatural do amor divino (cf. Catecismo n.1827) e assim podemos sem equívocos amar-nos uns aos outros como Cristo nos amou e por nós Se entregou, como também nos ensina a constituição dogmática *Lumen Gentium*: "Sendo assim, o primeiro e mais necessário dom é a caridade, com que amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo por amor d'Ele" (n.42).

O que devemos fazer para que cresçamos na virtude do amor? O n.42 da LG nos ajuda nessa resposta:

> Para que esta caridade, como boa semente, cresça e frutifique na alma, cada fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus, e cumprir, com a ajuda da graça, a Sua vontade, participar frequentemente nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, e nas ações sagradas, dando-se continuamente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço efetivo de seus irmãos e a toda a espécie de virtude; pois a caridade, vínculo da perfeição e plenitude da lei (cf. Cl 3,14; Rm 13,10), é que dirige todos os meios de santificação, os informa e leva a seu fim. É, pois, pela caridade para com Deus e o próximo que se caracteriza o verdadeiro discípulo de Cristo.

Por ser a caridade a maior de todas as virtudes e, principalmente, a forma *virtutum*, conforme o ensinamento de São Tomás de Aquino (cf. S. Theol., II-IIae, q.23, a.8), o esfriamento dessa lâmpada do Espírito consequentemente levará o cristão a uma fé alienante e a uma esperança ilusória, levando-o infelizmente a promover a cultura da morte, da in-

justiça, da imoralidade e da corrupção. Façamos valer nosso amor a Jesus eucarístico, a nossa comunhão em Seu corpo e em Seu sangue, tornando-nos virtuosos por meio da prática efetiva da caridade. Sem partilha do bem que somos e dos bens que possuímos aos nossos semelhantes, sobretudo os mais necessitados, corremos o risco de tornar ineficaz em nós a ação da graça redentora de Cristo emanada da Eucaristia.

Em tempos de misericórdia, deixemo-nos tocar e transformar pelo apelo feito por Jesus a Seus discípulos quando Ele multiplicou os pães e os peixes para saciar a fome daquela multidão: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mt 14,16). Encerro com as palavras de Bento XVI: "Na verdade, a vocação de cada um de nós consiste em ser, unido a Jesus, pão repartido para a vida do mundo" (SaC n.88). Tenhamos coragem de ser, unidos a Jesus, pão da vida, pessoas virtuosas para juntos colaborarmos com a edificação do Reino de Deus no mundo enquanto aguardamos o dia em que Deus será tudo em todos.

2. EUCARISTIA: ESCOLA DE VIRTUDES EM VISTA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Nossa reflexão objetiva evidenciar a importância das virtudes para a transformação da realidade sociocultural. Sendo assim, gostaria de citar um trecho da homilia do Evangelho de S. Mateus, proferida no IV século por São João Crisóstomo, apresentado na 2ª leitura do ofício de leituras do 20º domingo do tempo comum.

> "Vós sois o sal da terra" (Mt 5,13). Estas palavras vos foram entregues não para vossa vida, mas para a de todo o

> mundo. Não vos envio a duas cidades, nem a dez ou vinte. Não vos envio a um só povo, como os profetas outrora, mas à terra, ao mar, ao universo inteiro. E tudo isto em péssimo estado. Pois ao dizer: "Vós sois o sal da terra", mostra ter toda a natureza humana perdido seu sabor e estar corrompida pelos pecados. Por este motivo, mais exige deles as virtudes necessárias e úteis para tratar de tantos com solicitude. Na verdade, o manso, modesto, misericordioso e justo não apenas guarda para si as boas obras, mas cuida para que as excelentes fontes corram para proveito dos outros. Também o puro de coração, pacífico, amante de verdade, orienta sua vida para o bem comum.

Continua a Boca de Ouro:

> Vês como aos poucos (Cristo) vai mostrando serem eles (Seus discípulos) melhores do que os próprios profetas? Não os declara mestres da Palestina, mas da terra inteira. Não vos admireis, assim diz, se, deixando os outros, falo mais intimamente convosco e vos arrasto a tão grandes perigos. Pensai a quantas e a quão grandes cidades, povos e nações vou enviar-vos como administradores. Por isso não vos quero apenas prudentes, mas que torneis os outros semelhantes a vós. Se não fordes assim, nem mesmo sereis de vantagem para vós mesmos. Pois os outros, perdido o sabor, podem por vosso ministério emendar-se. Vós, porém, se cairdes neste mal, arrastareis os outros convosco à ruína. Por conseguinte, quanto maiores encargos vos forem confiados, tanto mais necessidade tendes de grande zelo. É o motivo por que diz: "Se o sal perder seu sabor, com que se salgará? Para nada mais vale e será lançado fora e pisado pelos homens" (Mt 5,13).

A Eucaristia é o alimento verdadeiro em que Cristo Se dá a nós para a vida do mundo, para aquela vida abundante prometida por Ele mesmo e que deve contagiar não só as raízes do nosso coração, uma vez que somos transformados naquele cujo corpo e sangue comungamos, mas contagiar também as instâncias constitutivas de nossa sociedade. São João Paulo II, no número 28 da carta apostólica *Mane nobiscum Domine*, apresenta uma reflexão que deve nos inquietar:

> Há ainda um ponto para o qual queria chamar atenção, porque sobre ele se joga em medida notável a autenticidade da participação na Eucaristia, celebrada na comunidade: é o impulso que esta aí recebe para um compromisso real na edificação duma sociedade mais equitativa e fraterna.

Continua o Papa:

> Na Eucaristia, o nosso Deus manifestou a forma extrema do amor, invertendo todos os critérios de domínio que muitas vezes regem as relações humanas e afirmando de modo radical o critério do serviço: "Se alguém quiser ser o primeiro, há de ser o último de todos e o servo de todos" (Mc 9,35). Não é por acaso que, no Evangelho de João, se encontra não a narração da instituição eucarística, mas a do "lava-pés" (cf. Jo 13,1-20): inclinando-Se a lavar os pés dos Seus discípulos, Jesus explica de forma inequívoca o sentido da Eucaristia. S. Paulo, por sua vez, reafirma vigorosamente que não é lícita uma celebração eucarística em que não resplandeça a caridade testemunhada pela partilha concreta com os mais pobres (cf. 1 Cor 11,17-22.27-34).

Como tem se dado a ação evangelizadora da Igreja, a partir de nossas dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, grupos e movimentos, porém ação evangelizadora que compreende o testemunho cristão na diaconia aos mais pobres, aos excluídos, àqueles que vivem nas periferias das nossas cidades, bem como os irmãos das periferias existenciais?

> Não podemos nos iludir: do amor mútuo e, em particular, da solicitude por quem passa necessidade, seremos reconhecidos como verdadeiros discípulos de Cristo (cf. Jo 13,35; Mt 25,31-46). Com base neste critério, será comprovada a autenticidade das nossas celebrações eucarísticas (MND, n.28).

Na Alegria do Evangelho, papa Francisco dedicou um capítulo inteiro para refletir sobre a dimensão social da evangelização, elucidando o laço indissolúvel existente entre o anúncio salvífico de Cristo e o efetivo amor fraterno, principalmente aos mais necessitados.

> A partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a ação evangelizadora. A aceitação do primeiro anúncio, que convida a deixar-se amar por Deus e a amá-Lo com o amor que Ele mesmo nos comunica, provoca na vida da pessoa e nas suas ações uma primeira e fundamental reação: desejar, procurar e ter a peito o bem dos outros (EG, n.178).

Uma das formas de se viver a virtude teologal da caridade é a promoção da justiça social, cujo fundamento, para nós

cristãos, deverá ser a justiça do Reino, a justiça advinda da graça redentora de Cristo. A virtude moral da justiça motiva que se dê a cada um o que lhe é devido por direito, *suum cuique*. O Catecismo da Igreja Católica ensina que

> a justiça é a virtude moral que consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se "virtude da religião". Para com os homens, a justiça leva a respeitar os direitos de cada qual e a estabelecer, nas relações humanas, a harmonia que promove a equidade em relação às pessoas e ao bem comum (n.1807).

Retomemos as palavras de S. João Crisóstomo:

> Por este motivo, mais exige deles as virtudes necessárias e úteis para tratar de tantos com solicitude. Na verdade, o manso, modesto, misericordioso e justo não apenas guarda para si as boas obras, mas cuida para que as excelentes fontes corram para proveito dos outros. Também o puro de coração, pacífico, amante de verdade, orienta sua vida para o bem comum. [...] Se não fordes assim, nem mesmo sereis de vantagem para vós mesmos.

Na vivência das virtudes para o proveito comum, sempre precisaremos da justiça de Deus profundamente diferente da justiça humana. A justiça divina significa que "Deus pagou por nós no Seu Filho o preço do resgate, um preço verdadeiramente exorbitante". Estou citando um trecho da mensagem do papa emérito Bento XVI por ocasião da quaresma de 2010:

Perante a justiça da Cruz, o homem pode revoltar-se, porque ele põe em evidência que o homem não é um ser autárquico, mas precisa de um Outro para ser plenamente si mesmo. Converter-se a Cristo, acreditar no Evangelho, no fundo, significa precisamente isto: sair da ilusão da autossuficiência para descobrir e aceitar a própria indigência — indigência dos outros e de Deus, exigência do Seu perdão e da Sua amizade. Compreende-se, então, como a fé não é um fato natural, cômodo, óbvio: é necessário humildade para aceitar que se precisa que um Outro me liberte do "meu", para me dar gratuitamente o "seu". Isso acontece particularmente nos sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Graças à ação de Cristo, nós podemos entrar na justiça "maior", que é aquela do amor (cf. Rm 13,8-10), a justiça de quem se sente em todo caso sempre mais devedor do que credor, porque recebeu mais do que aquilo que poderia esperar. Precisamente fortalecido por essa experiência, o cristão é levado a contribuir para a formação de sociedades justas, onde todos recebem o necessário para viver segundo a própria dignidade de homem e onde a justiça é vivificada pelo amor.